



PODER

Gasolina R\$ 1,65 mais barata, estima relator

Avaliação é do senador Fernando Bezerra, responsável pelo parecer sobre o projeto que fixa teto para o ICMS incidente nos combustíveis. O texto será debatido, hoje, no plenário, com expectativa de votação na segunda-feira. Governadores mantêm críticas

» RAPHAEL FELICE

Roque de Sá/Agência Senado



Bezerra: "Os estados falam que vão perder R\$ 115 bilhões, e o governo federal fala que as perdas são na ordem de R\$ 65 bilhões"

Governadores mostraram preocupação com o parecer do Projeto de Lei Complementar (PLP 18/2022), relatado pelo senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que estipula teto de 17% para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos combustíveis e na energia elétrica. O parlamentar apresentou linhas gerais do texto, ontem, e, apesar de acatar parcialmente pedidos feitos pelos gestores estaduais, manteve a espinha dorsal da matéria aprovada pela Câmara. O relatório deve ser debatido hoje, e a expectativa de Bezerra é de que seja votado na segunda-feira.

A investida do governo para tentar reduzir o preço dos combustíveis deve custar, de largada, R\$ 46,4 bilhões aos cofres públicos para diminuir em R\$ 1,65 o litro da gasolina e em R\$ 0,76 o do óleo diesel. As estimativas de queda na bomba foram feitas por Bezerra.

Segundo o parlamentar, essas estimativas levam em consideração os efeitos do PLP, além das propostas de emenda à Constituição (PEC) anunciadas pelo presidente Jair Bolsonaro, que preveem uma compensação aos estados que zerarem a alíquota do ICMS sobre o diesel e o gás de cozinha.

O custo total do pacote foi estimado inicialmente em R\$ 46,4 bilhões, sendo R\$ 29,6 bilhões fora do teto de gastos, a regra que atrela o crescimento das despesas à inflação, caso o Congresso autorize. Os outros R\$ 16,8 bilhões são estimativas de renúncias do que o governo federal vai abrir mão de receitas ao zerar tributos federais sobre gasolina. Os valores podem subir com alterações feitas pelos parlamentares. O teto para a equipe econômica é de R\$ 50 bilhões.

"Os governadores continuam com muitas críticas sobre a efetividade, se vai dar os resultados que o governo federal acredita. Eles entendem que vão ter redução de receita muito expressiva.

Os estados falam que vão perder R\$ 115 bilhões, e o governo federal, por meio da Secretaria do Tesouro, fala que as perdas são na ordem de R\$ 65 bilhões. Por isso, o governo e a Câmara acreditam que os estados podem suportar as perdas", disse o parlamentar.

Em reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), um grupo de governadores chegou a pedir mudanças na compensação. Após o encontro, gestores reafirmaram que mexer no ICMS não resolverá a escalada de preços dos combustíveis. Enfatizaram, também, alguns estados não vão conseguir gerir as perdas arrecadatórias em setores como saúde, segurança e educação.

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), frisou que a proposta

põe "o paciente para tratar o médico" ao colocar o ICMS como responsável pela alta dos combustíveis, e não a Petrobras. Disse, ainda, que o texto retira recursos da saúde, da educação e da segurança para garantir altos lucros da estatal, das importadoras de petróleo e das distribuidoras.

"O ICMS sobre o óleo diesel está congelado desde novembro do ano passado, quando o combustível estava custando R\$ 4,90. Hoje, já está a R\$ 7. Essa diferença foi para o bolso de quem? O consumidor se beneficiou? Claro que não. Obviamente, todos querem a redução dos preços, mas o problema é escolher o caminho mais eficaz para esse objetivo. Esse caminho escolhido pelo governo não trará benefícios aos cidadãos", avaliou.

Governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (PL) disse temer uma grave crise fiscal. Ele destacou que prefeituras e governos estaduais têm obras e serviços em andamento, contratados com base numa estimativa financeira, que não pode ser alterada de uma hora para a outra.

"Estamos pedindo ao Senado e à Câmara lucidez e sensatez para que o momento eleitoral não contamine o país, e não tomemos uma decisão precipitada. Precisamos de medidas estruturantes pra conter a inflação, e não de medidas de oportunidade que soam como música, mas não produzem resultados. Ninguém garante que a redução do ICMS vai reduzir o preço na bomba", ressaltou.

PEC

Bezerra também é relator da PEC dos Combustíveis, anunciada pelo governo para auxílio financeiro da União aos estados até dezembro deste ano. A ajuda, segundo o parlamentar, ficará em R\$ 29,6 bilhões.

Para receber o auxílio, as unidades da Federação devem adotar pré-requisitos, que são zerar a alíquota do ICMS para o óleo diesel combustível, gás natural e o gás de cozinha e reduzir a 12% o etanol hidratado combustível.

Também são condições aos estados renunciarem a qualquer tipo de indenização em ações contra a União. (Com Agência Estado)

Queda de até 12% na energia

A conta de luz dos consumidores pode ficar de 10% a 12% mais barata em alguns estados com a limitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre energia elétrica, de acordo com estimativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A imposição de um teto para o imposto estadual está prevista em projeto de lei que deve ser apreciado pelo Senado na próxima semana.

"É uma pauta estrutural, que a gente já vem trazendo há muito tempo para discussão. Acho que, se conseguir avançar, vai ser muito positivo", afirmou a diretora-geral substituída da agência, Camila Bomfim, durante participação no Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (Enase). "Em alguns estados, pode ter uma redução bastante significativa, de 10% a 12%", completou.

A diretora explicou que, nesse caso, a redução não é nos índices de reajustes aprovados pela agência reguladora, mas na fatura final dos consumidores.

Na terça, a Câmara concluiu a votação de uma outra proposta, que prevê a devolução integral aos consumidores de créditos tributários cobrados indevidamente nos últimos anos. Os recursos devem ser abatidos nos processos de reajustes tarifários.

De acordo com Camila, a medida pode ajudar a reduzir o impacto tarifário em cerca de 5% a 6%, em média, neste ano. "Mas isso varia muito da concessão, pois depende muito de quando cada concessionário entrou na Justiça, o período da ação judicial", disse, ao mencionar que o cenário base que a agência trabalha é de reajustes médios de 18% para 2022.

Estatal indica aumento do diesel

Pressionada pelo governo para mudar a sua política de preços, a Petrobras sinalizou, ontem, que o custo dos combustíveis — principalmente o do diesel — segue uma tendência de alta e assim continuará. Isso indica que as medidas anunciadas pelo presidente Jair Bolsonaro, na segunda-feira, para conter o preço dos combustíveis, como a isenção de impostos federais e o pagamento de ICMS zerado pelos estados, não deverão ter o efeito esperado.

Em uma nota enviada à imprensa com "esclarecimento da Petrobras sobre a prática de preços de mercado", a petroleira afirma que "não há fundamentos que indiquem a melhora do balanço global e o recuo estrutural das cotações internacionais de referência para o óleo diesel".

Na avaliação da estatal, o atual cenário mundial é de escassez e, como o Brasil é deficitário em

produção de óleo diesel, tendo importado quase 30% da demanda total em 2021, o resultado é este: "Poderá haver maior impacto nos preços e no suprimento".

A empresa frisa, ainda, que esse cenário se tornou ainda mais provável porque o consumo nacional de diesel é historicamente mais alto no segundo semestre, devido ao aumento das atividades agrícola e industrial. "Resalta-se, também, que o mercado interno registrou recorde de consumo de óleo diesel no ano passado e essa marca deverá ser superada em 2022", declara.

O comunicado da Petrobras é divulgado no momento em que o governo busca substituir o atual presidente José Mauro Coelho, que assumiu o comando da estatal em abril, por Caio Paes de Andrade, atual secretário especial de desburocratização do Ministério da Economia. A indicação precisa passar por uma

Bruno Spada/MME



assembleia-geral extraordinária de acionistas, que ainda não foi agendada. Desde o início do governo, Bolsonaro já demitiu três presidentes da Petrobras.

Segundo a Petrobras, fora do Brasil, há ainda um conjunto de

fatores que deve puxar o preço dos combustíveis: o aumento sazonal da demanda mundial no segundo semestre; a menor disponibilidade de exportações russas devido às sanções econômicas ao país; e eventuais

indisponibilidades de refinarias nos Estados Unidos e no Caribe, com a temporada de furacões que ocorre de junho a novembro.

"Diante desse quadro, é fundamental que a prática de preços competitivos e em equilíbrio

O comunicado da Petrobras é divulgado no momento em que o governo busca substituir o atual presidente, José Mauro Coelho

com o mercado global seja referência para o mercado brasileiro de combustíveis, visando à segurança energética nacional", diz a companhia.

O cenário detalhado pela empresa indica que a Petrobras não está disposta a mudar sua política de preços atrelada ao mercado nacional.

De acordo com a Petrobras, "preços abaixo do mercado inviabilizam economicamente as importações necessárias para complemento da oferta nacional".

A companhia destaca que, "sem a prática de preços de mercado, não há estímulo para o atendimento ao mercado brasileiro pelos diversos agentes do setor". Conforme enfatiza, se o mercado nacional deixar de acompanhar os preços internacionais, haverá risco de desabastecimento, porque isso afetaria os negócios feitos pelas demais empresas do setor.